

Veto militar muda estratégia de Ulysses

Ele tenta reduzir oposição da esquerda do PMDB ao mandato de 5 anos para Sarney

O deputado Ulysses Guimarães está sendo informado de que a alta hierarquia militar não admite a hipótese de realização de eleições este ano. Ulysses trabalha sob pressão de duas vertentes — de um lado, o claro veto militar à realização de pleito presidencial este ano e, de outro, a ameaça de divisão interna no PMDB se for aprovado pela Constituinte o presidencialismo e mandato de cinco anos para Sarney.

Ulysses pressente que a única saída está no parlamentarismo com cinco anos, esperando reduzir as frustrações na ala mais esquerdista do PMDB, evitando o cisma. Sarney e Ulysses enxugaram gelo, segundo a expressão de um amigo íntimo dos dois, uma vez que nem o Presidente da República, nem o presidente do PMDB chegaram a conversar sobre os dois problemas cruciais: a forma de governo e a duração do mandato.

Assim sendo, o Presidente da República não teve sequer a oportunidade de fazer uma avaliação objetiva do quadro político e de suas possíveis repercussões sobre o projeto de transição. Mas Sarney está chamando alguns políticos ligados, ao mesmo tempo, a ele e ao presidente do PMDB para mandar um recado sintomático.

Advertido de que o plenário da Constituinte é uma caixa de surpresas — e que não pode descartar a hipótese de fixação das eleições presidenciais para este ano — o Presidente sustenta que o veto a esse pleito não é dele, em particular, mas das Forças Armadas. Se as principais lideranças da Constituinte estão preparadas para entrar em conflito com a cúpula militar, então que colaborem para a fixação da eleição em 88.

Há indicações de que os chefes militares estão determinados a evitar a realização de eleições este ano.

Recentemente, um parlamentar gaúcho que aguardava na pérgola da Base Aérea de Brasília o desembarque do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, ouviu um dos ministros militares afirmar, numa roda de oficiais,

em alto e bom tom: "Nós não deixaremos que se realizem eleições este ano. Isso está decidido".

E claro que há uma área de sombra em tudo isso. Alguns políticos se recusam a aceitar esse tipo de pressão. E entre eles, surpreendentemente, o senador Luiz Viana Filho, que assumiu posição desafiadora, afirmando que, no passado, a decisão política acabou prevalecendo sobre vetos militares.

Luiz Viana lembrou episódio no qual foi personagem de destaque. Ele fora enviado por Otávio Mangabeira para dizer ao ex-presidente Eurico Gaspar Dutra que Getúlio Vargas estava eleito Presidente da República e cumpriria fazer "alguma coisa". Dutra bateu na mesa e disse: "Dr. Luiz Viana, vai ser muito difícil para mim dar posse ao Dr. Getúlio". Depois que Vargas envolveu três generais importantes, inclusive Olímpio Falconiere e Zenóbio da Costa, garantiu a posse cujos detalhes discutiria a seguir, em café da manhã com o próprio Dutra, no Palácio do Catete.

A equipe responsável pelo comando da política econômica está inquieta, porque o Presidente da República, envolvido na batalha para assegurar uma decisão da Constituinte favorável ao mandato de cinco anos, adia para ocasião mais oportuna algumas dessas decisões que se destinam a aliviar a crise, mas agravando as dificuldades sociais.

Político experiente, Sarney sabe que se tomasse esse conjunto de medidas agora estaria inviabilizando seu projeto de permanecer mais tempo no poder, impedindo a redução para quatro anos de seu mandato originalmente previsto em seis. Mas, ainda que o atual Presidente conquiste os cinco anos, o País entrará em processo de grande turbulência política e social, como admitem políticos e economistas.

O Presidente não dispõe de capital popular para gastar numa empresa desse vulto. A tendência será o agravamento da situação política, que se ressentirá de verdadeiras lideranças.

EUGENIO NOVAES



Fernando Henrique garantiu aos peemedebistas que o governo voltara a tentar negociar os 5 anos para Sarney

Agora, a busca do novo interlocutor

TARCISIO HOLANDA
Da Editoria de Política

Algumas das mais importantes lideranças do PMDB, ligadas ao deputado Ulysses Guimarães, julgam indispensável escolher novos interlocutores para a eventualidade de uma negociação com o Governo em torno da implantação do parlamentarismo via mandato de cinco anos, uma vez que o presidente do partido acha-se imobilizado pela oposição a qualquer entendimento liderado pelo senador Mário Covas.

— E muito grave a declaração do ministro-chefe do EMFA — disse um importante senador do PMDB, preocupado.

ESTRATEGIA

As lideranças do PMDB mais ligadas a Ulysses, a começar pelo líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, iniciaram um trabalho de catequese junto aos defensores do parlamentarismo que relutam em votar pela implantação deste regime por identificar no movimento pelo sistema de gabinete uma conotação oposicionista.

PREOCUPAÇÕES

Ontem, no plenário da Constituinte, Ibsen Pinheiro sustentava que é preciso pensar na ideia parlamentarista em termos de futuro do País, desvinculando-o do atual presidente da República. Para isso, faz-se necessário que todos discutam a respeito da forma de governo mais conveniente ao País, para ele o regime de gabinete, decidindo-se depois se o novo sistema deve entrar em vigor ainda sob o governo Sarney, numa negociação, ou após o mandato do atual presidente da República.

— Vamos retirar o mandato dessa discussão — disse Ibsen Pinheiro — a fim de evitar que ele a perturbe. Primeiro, forma de governo, depois a decisão sobre o mandato.

locutores para uma negociação em torno da forma de governo e duração do mandato poderá favorecer decisões surpreendentes na Constituinte, capazes de gerar um impasse.

A declaração do brigadeiro Paulo Roberto Camarinho, chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), ora em Santiago do Chile, segundo a qual o País marcha para uma crise institucional, no caso de haver eleição este ano, repercutiu como uma bomba na Constituinte, sendo comentada em off por dirigentes partidários e do Congresso.

— E muito grave a declaração do ministro-chefe do EMFA — disse um importante senador do PMDB, preocupado.

ESTRATEGIA

As lideranças do PMDB mais ligadas a Ulysses, a começar pelo líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, iniciaram um trabalho de catequese junto aos defensores do parlamentarismo que relutam em votar pela implantação deste regime por identificar no movimento pelo sistema de gabinete uma conotação oposicionista.

Ontem, no plenário da Constituinte, Ibsen Pinheiro sustentava que é preciso pensar na ideia parlamentarista em termos de futuro do País, desvinculando-o do atual presidente da República. Para isso, faz-se necessário que todos discutam a respeito da forma de governo mais conveniente ao País, para ele o regime de gabinete, decidindo-se depois se o novo sistema deve entrar em vigor ainda sob o governo Sarney, numa negociação, ou após o mandato do atual presidente da República.

— Vamos retirar o mandato dessa discussão — disse Ibsen Pinheiro — a fim de evitar que ele a perturbe. Primeiro, forma de governo, depois a decisão sobre o mandato.

se Ibsen Pinheiro — a fim de evitar que ele a perturbe. Primeiro, forma de governo, depois a decisão sobre o mandato.

Ibsen calcula que, se for possível retirar a versão oposicionista desse movimento, o parlamentarismo ganharia entre 40 a 50 votos. "Temos de pensar no parlamentarismo como uma forma de resolver o problema político-institucional do Brasil, retirando-o do contexto político atual, que perturba uma reflexão fria", disse Ibsen.

Várias lideranças do PMDB e de outros partidos que estão aceitando a hipótese do parlamentarismo com cinco anos têm uma reunião marcada para hoje na residência de um parlamentar no Lago Sul. A ideia é discutir a estratégia em favor do parlamentarismo com cinco anos, escolhendo-se os políticos que servirão de interlocutores numa eventual negociação com o governo.

Entre os interlocutores, cita-se o nome do governador de Goiás, Henrique Santilo, por ter mantido uma via de comunicação com o presidente Sarney, sem ter prejudicado seu trânsito entre todas as correntes ideológicas do PMDB.

Entre políticos importantes do PMDB circulou a informação de que, a chamada dos ministros militares, estiveram em Brasília alguns respeitáveis generais da reserva, entre os quais Rubem Ludwig, ex-chefe do Gabinete Militar do ex-presidente Figueiredo, que se declarou favorável ao parlamentarismo com a criação do Ministério da Defesa para evitar derrubadas de ministros militares, normais nas quedas de gabinetes.

PMDB prefere que polêmica vá para o voto

As principais lideranças do PMDB apoiaram ontem a colocação feita pelo deputado Ulysses Guimarães ao presidente Sarney, terça-feira passada, segundo a qual o regime de governo e a duração do mandato presidencial devem ser definidos separadamente devido à impossibilidade de um acordo prévio englobando essas duas questões. Com a suspensão das negociações, a separação dos dois temas — que já existia tecnicamente — passa também a ser política. A definição será mesmo pelo voto.

Segundo um importante assessor do deputado Ulysses Guimarães, ao recusar-se a negociar o Governo estaria jogando no aparecimento do buraco negro. Sabe-se porém que "numa situação de impasse, aumentam os instrumentos de pressão de que o Planalto dispõe sobre a classe política", avalia este assessor, referindo-se implicitamente à reação dos chefes militares.

O senador Fernando Henrique Cardoso, contudo, não acredita na hipótese do buraco. Embora nem ele nem o seu grupo (à frente, o líder Mário Covas) pretendam abrir mão da realização de eleições presidenciais este ano, Cardoso acha que o Governo voltará a tentar negociar a aprovação do mandato de cinco anos no momento em que a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena for rejeitada pelo plenário.

O líder do PMDB no Senado admitiu, ainda, que boa parte dos parlamentaristas é sensível a eventuais investidas conciliatórias do Palácio do Planalto, o que poderá significar a troca dos cinco anos pretendidos por Sarney pela instituição do regime de gabinete. Neste caso, segundo a última fórmula surgida ontem na Constituinte, o novo sistema começaria a funcionar imediatamente e o Presidente se compromete-

teria a não tentar inviabilizá-lo.

ESQUERDA

Nem a hipótese do buraco negro nem a transigência de vários parlamentaristas em relação ao mandato foram suficientes para alterar a estratégia que o líder Mário Covas pretende utilizar em plenário. Ontem, ele confirmou que não aceita qualquer acordo ("o regime é o parlamentarista e o mandato, de quatro anos") e reafirmou a disposição de submeter a votos o seu destaque reduzindo para este período o governo de todos os presidentes da República. O mesmo objetivo será tentado através de um segundo destaque, de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, fixando o mandato em quatro anos mas permitindo uma reeleição.

Mesmo que o líder peemedebista consiga aprovar sua proposta, o presidente Sarney ainda continuará com chances de obter os cinco anos, já que o seu mandato é assunto das disposições transitórias. Isto do ponto de vista técnico, pois politicamente falando a redução do governo no texto permanente praticamente inviabiliza os interesses do Planalto.

Por outro lado, a eventual rejeição do destaque de Covas para o corpo permanente da nova Carta pode não significar necessariamente a vitória definitiva do governo. Ontem, um dos chamados parlamentaristas moderados admitiu que tade de seu grupo se dispôs a manter os cinco anos neste momento para facilitar a aprovação do novo regime. "Na votação das disposições transitórias, lá para meados de abril, a história já será outra. Primeiro porque já teremos assegurado o parlamentarismo; depois, porque a tendência é de um desgaste cada vez maior do governo".

Gadelha sai à frente para líder do PFL

A permanência do senador Carlos Chiarelli (RS), na liderança do PFL está na dependência de seu opositor, Marcondes Gadelha (PB), que tem sua eleição praticamente assegurada. O grupo pró-Gadelha considera inconveniente que Chiarelli, nitidamente contrário ao presidente da República, seja o líder durante a votação do mandato e do sistema de governo.

A pretensão do grupo de Chiarelli é adiar a reunião da bancada para escolha do novo líder até o fim da votação em primeiro turno do projeto da Constituição, o que deverá ocorrer até fins de maio. Dos 15 senadores do PFL, Gadelha tem o apoio de sete e Chiarelli de seis. Dois devem abster-se.

QUESTÃO INTERNA

O senador Edison Lobão (MA), apontado como o principal articulador do movimento pela retirada de Chiarelli, negou ontem que a disputa da liderança tenha qualquer envolvimento com o presidente José Sarney. Por coincidência, no entanto, todos os amigos pessoais do presidente Sarney na bancada do PFL — Alexandre Costa (MA), Lourival Batista (SE), Alvaro Pacheco (PI) e Lobão — estão com Gadelha. Ele conta, ainda, com o apoio dos senadores Odacir Soares (RO) e João Lobão (PI).

Em contraposição, estão com Chiarelli os senadores que hoje se encontram em oposição ao presidente da República, como Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL), Marco Maciel (PE), Afonso Arinos (RJ) e José Agripino (RN). Esse grupo é o que tem, no PFL, exigido maior independência em relação ao Governo e que se mostra inclinado a apoiar a eleição presidencial ainda este ano.

Marcondes Gadelha já procurou Chiarelli para informar-lhe que, sendo eleito líder, o manterá, bem como ao senador José Agripino, na CPI da corrupção. Uma das especulações surgidas com a disputa da liderança foi de que Chiarelli estava com seu posto ameaçado por incomodar o Governo com sua atuação na CPI da corrupção.

O grupo ligado a Gadelha esteve reunido, na madrugada de terça-feira, para examinar a conveniência de ser adotada a proposta do senador Divaldo Suruagy (AL), coordenador dos entendimentos, de adiar a escolha para após o primeiro turno da Constituinte. A conclusão foi de que essa solução era inconveniente mas, se Gadelha a aceitasse, todos concordariam.



Gadelha

Majoria do PDS apoiará os cinco anos

A maioria dos Constituintes do PDS deverá votar pelo presidencialismo e a favor do mandato de cinco anos para Sarney. Pelo levantamento do líder Amarel Netto, dos 36 pedessistas, 23 são presidencialistas contra 13 parlamentaristas. Pelo mandato de cinco anos devem votar 21 parlamentares do PDS. Até agora quatro não se decidiram.

A favor de eleições presidenciais em 88 são Miriam Portella (PI), Wilma Maia (RN), Lavoisier Maia (RN), David Alves da Silva (MA), Victor Faccioni (RS), Konder Reis (SC), Adilson Motta (RS), Henrique Córdova (SC), Arternir Werner (SC), Vieira da Silva (MA) e Oswaldo Bender (RS).

Lista da debandada cresce

Apesar dos desmentidos, o PMDB de Ulysses Guimarães poderá sofrer desfalque de mais de 60 parlamentares, se a Constituinte aprovar mandato de cinco anos para Sarney. Nos próximos dias o movimento separatista no partido deverá crescer, se aprovado o presidencialismo — como parece ser a tendência majoritária no Plenário.

Desde o início do ano passado, na instalação da Assembleia Constituinte, até agora, dez parlamentares já saíram do PMDB. São eles Afonso Camargo, Lourenberg Nunes Rocha, Oswaldo Sobrinho, Rodrigues Palma, Joaquim Suenza (PTB), Nelson Aguiar (PDT), Ademir Andrade, Abigail Feitosa José Carlos Sabóia e Raquel Capiberibe (PSB) e Vasco Alves

(sem partido). Raquel e Sabóia formalizam hoje sua adesão durante o programa do PSB em cadeia Nacional de Rádio e TV.

O senador Gerson Camata e sua mulher, deputada Rita Camata, deverão deixar o PMDB no final do mês, após as convenções municipais do dia 27. De Minas as informações mostram que pelo menos 12 peemedebistas mineiros que não seguem a liderança do governador do Estado também poderão deixar o PMDB: Pimenta da Veiga, Carlos Cotta, Sílvio Abreu, Roberto Brant, Carlos Mosconi, Celio Castro, Roberto Vital, Otávio Eliseo, Luiz Otávio Ziza Valadares, Mauro Campos, Helio Costa e Aécio Neves Cunha.

ANÚNCIO FONADO
223-2323